

Nota da AEEL à Imprensa: Desconstruindo a capitalização da Eletrobras com fatos e dados: uma contribuição ao debate nas casas legislativas após o relatório preliminar do deputado Elmar Nascimento.

A Associação dos Empregados da Eletrobras expõe para a sociedade brasileira o seu posicionamento inicial ao relatório do deputado Elmar Nascimento, publicado no dia 10 de Maio de 2021.

Consideramos uma imprudência e temeridade os moldes propostos para a privatização da Eletrobras e desconstruiremos a retórica do Ministério de Economia e do Ministério de Minas e Energia com fundamentação técnica e política.

Consideramos que os seguintes temas são prioridades para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário:

- 1) Provisão de Vacina de forma ágil e suficiente para a população brasileira;
- 2) Infraestrutura hospitalar e fortalecimento do SUS para atendimento da população;
- 3) Avanço nos programas de renda mínima;
- 4) Parcerias para o desenvolvimento e produção de vacinas no Brasil;
- 5) Políticas de geração de emprego e renda e proteção dos mais vulneráveis;
- 6) Reforma tributária com caráter progressivo e impostos sobre grandes fortunas;
- 7) Atuação diplomática que não seja hostil aos povos irmãos que são grandes produtores de insumos e vacinas como China, Rússia e Índia;
- 8) Assertividade da CPI da COVID em respeito as mais de 425 mil brasileiros e suas famílias impactadas pelo vírus e pela inércia do Poder Executivo Federal.

O primeiro mito a ser desnudado por este material é o da urgência de discussão da capitalização da Eletrobras, uma empresa sadia, lucrativa, comprometida com o Brasil, com os melhores indicadores operacionais do setor, no meio de uma pandemia e do desemprego no Brasil em patamares estratosféricos.

Alguns fatos e dados para pensar a Eletrobras e o setor elétrico brasileiro:

- Redução de capacidade instalada da Eletrobras tem relação com a venda da Gerasul (anos 90), Proinfa (Eletrobras como gestora não podia ter ativo), Programa de Termelétricas (foco era na Petrobras), desinvestimentos a partir dos governos Temer e Bolsonaro e mudanças expressivas no mercado de energia elétrica nas últimas décadas com entrada de dezenas de multinacionais, ampliação de fusões e aquisições no Brasil e no mundo e leilão de mais de 1290 empreendimentos,

- Eletrobras alavancou 72,5 GWs e 77,9 mil Kms de rede com investimentos próprios e junto com parceiros, sendo decisiva para a expansão da infraestrutura energética do país para atuais e futuras gerações,
- CCEE passa de 58 agentes em 2000 para 10.615 em 2021 e o de PIES passou de 2 para 1588 (crescimentos de 18.202% e 79.300%, respectivamente), sendo natural a perda de capacidade de agentes já existentes no mercado, como preceitua qualquer análise econômica de um setor intensivo em capital com centenas de novos entrantes,
- Setor elétrico teve 741 transações societárias no setor de energia de 1995 a 2020, sendo natural a perda de participação de agentes já existentes no mercado, além da rápida penetração de multinacionais com recebíveis em euro e dólar numa época de pouca credibilidade da moeda brasileira no cenário global,
- 1.291 empreendimentos leiloados no Brasil de 2005 a 2019, sendo 741 de eólica e apenas 41 UHEs, que é o negócio central da Eletrobras, sendo natural a perda de participação de todos os agentes de geração hídrica, ou seja, devemos analisar a mudança estrutural na matriz elétrica brasileira e não uma análise aviesada do *market share* da Eletrobras,
- 90 GWs leiloados de 2005 a 2019, o que equivale a toda a capacidade instalada do Brasil construída em todo o século XX (parafrazeando JK, seriam 100 anos em 15),
- Entrada de multinacionais alemãs, francesas, italianas, portuguesas, norte-americanas, japonesas, norueguesas, (todas com recebíveis em moeda forte) também alteraram patamares competitivos do setor e o *market share* dos agentes já existentes no mercado,
- Entrada de multinacionais chinesas e indianas no Brasil adquirindo ativos estratégicos no mercado nacional,
- A atual gestão da Eletrobras, desde o governo Temer, preferiu desinvestir, distribuir dividendos e deixar o caixa cheio para futuros acionistas ao invés de investir, gerar emprego, renda, compras de máquinas e serviços e induzir o crescimento do Brasil,
- Falácias emanadas pelos grandes mentecaptos do MME e Ministério de Minas e Energia tem que ser questionadas, pois o ministro Paulo Guedes tem orgulho da palavra “desinvestimento” (seja na Caixa, BB, Petrobras e Eletrobras) e quando fala de “investimento” trata-se de vender ativo pronto, em operação comercial, ao invés de viabilizar novos projetos que alavancam desenvolvimento, emprego, compra de máquinas, equipamentos e serviços associados (temos a certeza que as práticas destes dois ministérios são retrogradadas e alinhadas ao Consenso de Washington dos anos 80, que não se observa em lugar nenhum do mundo),

- O ministro Guedes, pai da capitalização espúria da Eletrobras, não enxerga que o governo Biden está injetando US\$ 5,150 trilhões de dólares na economia (o que dá quase R\$ 30 trilhões de reais), como o Plano de Empregado Americano (US\$ 2,25 trilhões), taxa sobre ganhos de capital dos ricos (US\$ 1 trilhão), e alívio “corona vírus” (US\$ 1,9 trilhões), enquanto Guedes quer vender a Eletrobras a preço de banana e dar auxílio emergencial que fere a dignidade humana (além de sua compulsão para um país com menos idosos e com mais desemprego e subemprego),
- A Eletrobras é saudável financeiramente, tem baixíssima relação dívida líquida\Ebitda, capacidade de endividamento, recebíveis e atração de parcerias, podendo investir R\$ 10 bilhões por ano (o MME esquece de apresentar para a sociedade a escassez de leilões de geração e transmissão nos governos Temer e Bolsonaro, o que comprova que a falta de investimento no setor é consequência do despreparo de suas equipes e baixo crescimento da economia brasileira sob a batuta do Ministro Paulo Guedes, que entende de setor financeiro, mas não entende nada do setor produtivo e de infraestrutura econômica),
- A Eletrobras gerou bilhões de dividendos para a União nas últimas décadas e não é dependente do Tesouro (gerou dividendos mesmo num período que foi decisiva para tirar do papel os mais importantes projetos estruturantes do país, como Jirau, Santo Antônio, Belo Monte e Angra III e propiciou a redução de tarifas através da renovação das suas usinas no sistema de cotas em 2012),
- A queda expressiva de investimentos e potência contratada nos governos Temer e Bolsonaro fica claro na análise dos números do setor e não tem relação nenhuma com a Eletrobras,
- R\$ 99,6 bilhões são os valores correntes de investimento da Eletrobras de 2004 a 2019, conforme dados dos balanços. Em relação aos leilões, foram investidos no Brasil R\$ 245 bilhões em 16 anos. O PDE 2029 é irrealista ao achar que o Brasil investirá R\$ 407 bilhões em 10 anos e o PDE 2035 da Eletrobras é mais irrealista ainda por achar que a empresa sozinha investirá R\$ 201 bilhões. Isto mostra o uso político do PDE 2029 e PE 2035 no sentido de induzir ao erro a análise da capitalização (os erros históricos de projeção da EPE em relação ao PIB, carga, demanda e oferta de energia serão destrinchados ao TCU e Ministério Público para deixar clara a má fé da argumentação do Ministério da Economia e Fazenda),
- Nenhuma empresa séria do setor planeja o seu longo prazo com base exclusivamente no PDE, haja vista os erros históricos nas projeções sobre economia, demanda e oferta,
- R\$ 66 bilhões de recebíveis da Eletrobras nos próximos anos, o que mostra que a capitalização da Eletrobras propiciará dividendos volumosos para seus futuros acionistas quando estes recursos começarem a entrar no caixa (o que demonstra

mais uma vez a saúde financeira da Eletrobras, embora os mentecaptos do Ministério da Economia e MME tendem a argumentar o contrário). Enquanto algumas empresas são vendidas com esqueletos o armário, a Eletrobras tem potes de ouro já auditados nos seus balanços,

- R\$ 13,2 bilhões de EBITDA em 2019, mostrando a força da geração de caixa, o que dá uma capacidade de investimento extraordinária (questionaremos ao TCU e ao STF o fato do MME argumentar que a Eletrobras não consegue investir, enquanto nossos balanços, auditados por auditoria independente, mostram o caixa cheio de recursos, que estão sendo represados justamente para manter esta retórica da capitalização e induzir as casas legislativas a um erro de percepção),
- 60 R\$/MWh é a tarifa média de cotas, 92 R\$/MWh é a tarifa média de cotas com o risco hidrológico de 2020, 170 R\$/MWh é a média do preço no mercado livre (PLD) de 2020 e 253 R\$/MWh é o preço médio do ACR (queremos que o MME abra os seus cálculos para garantir que não haverá aumento de tarifa de 2022-2052 com privatização da Eletrobras se hoje, 2020, descotizar uma energia de R\$ 60 R\$/MWh exige a recomposição de lastro com uma energia por volta de 250 R\$/MWh (os tecnocratas do MME não conseguem comprovar para os nobres deputados e senadores a mágica que estão fazendo!),
- Para ajudar os tecnocratas do Ministério da Fazenda, fazemos uma conta simples: descotizando uma energia que custa R\$ 60 R\$/MWh, recompondo o lastro com uma que custa R\$ 253 R\$/MWh no ano seguinte, temos um aumento para as famílias brasileiras, comerciantes, pequenas indústrias, prédios públicos de prefeituras, hospitais e escolas públicas (e demais consumidores cativos) de R\$ 13,2 bilhões, multiplicando por 30 anos, o prejuízo projetado seria de R\$ 396 bilhões para as famílias brasileiras concomitantemente a dividendos generosos para os donos privados nacionais e estrangeiros da Eletrobras (sabemos que o governo quer amortecer este aumento até o fim do ano eleitoral),
- Outras contas: pegando todas as usinas da Eletrobras e fazendo uma conta simples de sua receita anual de 2020 até o fim do contrato de concessão já assinado (Eletrobras tem vários contratos de usinas vencendo em 2040, 2050), chegamos, para as usinas em cotas, a R\$ 83,5 bilhões, pegando as usinas ligadas a fundos (Itumbiara e Sobradinho) chega-se a R\$ 47,6 bilhões, pegando as usinas de responsabilidade integral, chega-se a R\$ 142,8 bilhões, pegando as duas usinas nucleares chega-se a R\$ 51,5 bilhões, o que dá o total de R\$ 325 bilhões (seria uma receita de piso, pois o preço da energia sobe significativamente ao longo do tempo). Mostraremos todos estes dados e mais outros ao TCU, STF e casas legislativas para questionar a má fé desta proposta da dupla Guedes-Bento (porque o MME não traz o Valuation da Eletrobras e aguardar que as casas legislativas aprovem a capitalização, antes mesmo dos estudos conclusivos serem apresentados!),

- Privatizar a Eletrobras a preço de banana, além de penalizar o brasileiro, ajuda a financiar a aposentadoria de vários idosos norte-americanos, uma vez que fundos de pensão do Alaska, Arizona, Califórnia, LA, Chicago, Connecticut, Nova York, Illinois, Los Angeles, Missouri, Ohio, Oregon, Idaho, Mississippi, Minnesota, New Jersey, Philadelphia, Wisconsin, Wyoming, Santa Barbara, Texas, Virginia Washington, Utah, New Mexico, Quebec e de empresas como AT&T, Bell Atlantic, Caterpillar, General Electric, Goldman Sachs, IBS, Boeing, Chevron, UPS, Duke, BP, Ford, GM, Shell, e outras, tem carteiras generosas de ações da Eletrobras (enquanto a Previdência no Brasil é uma vergonha),
- Privatizar a Eletrobras a preço de banana, ajuda a enriquecer os principais fundos de investimento globais (alguns, como o Black Rock, tem mais ativos que toda o PIB do Brasil), além de State Street, Legal & General, Franklin Resources, Vanguard, Nomura, Aberdeen, T. Rowe Price, Arrowstreet, Kopernik, Fidelity, Franklin Templeton, Ishares, John Hancock, Pimco, Russel, Schwab, Invesco, dentre centenas de outros fundos (é só os deputados pedirem esta informação à Eletrobras ou lerem uma Ata de AGO disponível no site da empresa),
- Privatizar a Eletrobras a preço de banana, ajuda a enriquecer os principais bancos globais como Santander, HSBC, Morgan Stanley, Citibank, Goldman Sachs, JP Morgan, Deutsche Bank, Bank of Japan, Japan Trustee Services Bank, Bank of America, Deutsche Bank, UBS, Europe Central Bank, People S. Bank of China, Bradesco, Itaú, International Monetary Fund, Banclass, Saudi Arabian Monetary Authority e fundos soberanos de diversos países que tem ações da companhia,
- O Ministério da Economia e da Fazenda nem se deram ao trabalho de pesquisar que Estados Unidos fazem gestão estratégica de seus recursos hídricos, Canadá tem a gigante Hydro Quebec, a França a Eletricité de France, Itália tem a ENEL, China tem a gigante global State Grid, Noruega a Statkraft (que comprou ativos no Brasil decorrente de falências da Lava Jato), Rússia tem a Rushydro, além de Índia, México, Coreia, Bélgica, Austrália, Espanha, Suécia, Polônia, dentre outros tem ativos estratégicos de energia,
- R\$ 516 bilhões é o valor que o BNDES aprovou para setor elétrico de 1995 a setembro de 2020 (preços constantes),
- R\$ 410 bilhões é o valor o que o BNDES desembolsou para o setor elétrico de 1995 a setembro de 2020 (preços constantes). A queda expressiva de desembolsos nos governos Temer e Bolsonaro mostra uma mudança de foco do BNDES que sob a batuta de Guedes deixou de ser o banco de desenvolvimento para ser o banco do desinvestimento e salvaguarda aos endinheirados nacionais e estrangeiros que compram ativos de infraestrutura (como ocorreu na CEDAE),

- Aproximadamente R\$ 25 bilhões é o valor que o BNDES desembolsou no setor em 2019-20, patamar muito inferior do que nos governos FHC, Lula, Dilma (no segundo Governo Lula o setor elétrico recebeu R\$ 78 bilhões e o primeiro governo Dilma o patamar de R\$ 109 bilhões), o que mostra que este governo segue recheado de fake news na construção de suas relações de causa e efeito sobre o setor elétrico brasileiro,
- R\$ 237 bilhões foram captados no setor através de debêntures no setor de energia, porém, o volume é muito baixo perto da quantidade de portarias autorizativas,
- R\$ 396 R\$/MWh e R\$ 689 R\$/MWh são os valores do preço de energia durante as crises de 2001 e 2014, o que mostra o risco do Brasil se transformar numa Califórnia de 2001 ou num Texas de 2021 em virtude da ganância dos investidores privados, como o que se observará com a descotização. A energia de cotas é a mais barata para o consumidor final, podemos admitir um reequilíbrio deste valor, mas, a descotização seria uma forma de gerar lucros extraordinários para acionistas privados da Eletrobrás nas décadas de 2020, 2030, 2040 até meados de 2050 (as distribuidoras teriam que recompor lastro num valor substancialmente superior ao de cotas),
- Hidroeletricidade é a base do balanço operativo. Grandes nações tratam seus reservatórios de forma estratégica, cujas rendas hidráulicas viabilizam a transição energética e não apostam na visão míope deste projeto de capitalização,
- R\$ 79 bilhões foi o lucro astronômico dos cinco maiores bancos em 2020 que, no meio da pandemia, fecharam 13 mil postos de trabalho e mais de 1.400 agências, precarizando os serviços para a população brasileira e fomentando o desemprego e a crise econômica (estes mesmos bancos abrem comercializadoras para especular no mercado de energia e fazem lobby para a privatização de ativos da Petrobras, Eletrobrás, Caixa, Correios e outras estatais),
- R\$ 52 bilhões foi o valor arrecadação de ICMS sobre a energia em 2019. A modicidade tarifária para os brasileiros pode ser alcançada por um esforço coletivo que preserve o papel chave da Eletrobrás para desenvolvimento nacional,
- R\$ 93,7 bilhões foi o peso de tributos federais, estaduais, municipais e encargos setoriais no setor elétrico o que representou 47,3% da receita operacional bruta do setor (o MME não informa que os tributos têm o peso expressivo na conta de luz das famílias brasileiras),
- Capitalizar a Eletrobrás “não faz nem cócegas” na dívida pública, da mesma forma que as privatizações dos anos 90 não a reduziram,
- Foram 13.461 empregados demitidos de 2016 a 2020 (a Eletrobrás passou de 26.008 em 2016 para 12.547 empregados em 2020), mesmo tendo bilhões de lucro em

vários destes anos (o que mostra que o sucateamento dos quadros é um corolário do neoliberalismo da gestão atual e temos ainda que ler nos documentos do MME, que aprovou formalmente estas demissões através de suas posições no CA da holding e relação com a SEST, que a Eletrobras deve ser privatizada porque não consegue gerar empregos),

- Interesses não republicanos na privatização da Eletrobras devem ser observados pelas casas legislativas (destaque para a atuação da 3G Radar, do bilionário Jorge Lemann, que passou de 5 para 15% das ações preferenciais da Eletrobras nos últimos anos e indicou Elvira Presta para o Conselho de Administração da Eletrobras, virando depois Diretora Financeira para tocar a capitalização!),
- Crimes de Mariana e Brumadinho mostram o lado perverso de empresas privatizadas, vendidas a preço de banana, com direitos de lavra não precificados, que pagam milhões anualmente a seus diretores, que pagam bilhões anuais em dividendos, enquanto deixam rastros de mortes e destruição ambiental, social e econômica, além da letargia nas indenizações e recuperação de áreas atingidas,

Os dados aqui narrados desconstróem os seguintes mitos alimentados pelo MME:

- O Mito da Perda de Capacidade Instalada
- O Mito da Incapacidade de Investimento
- O Mito das derrotas nos Leilões
- O Mito da Referência dos Planos Decenais de Expansão do MME
- O Mito da descotização de energia
- O Mito da Corporation
- O Mito dos ganhos para os contribuintes
- O Mito da Incapacidade de Gerar Empregos
- O Mito dos interesses republicanos na Privatização da Eletrobras
- O mito da eficiência privada x colapsos de energia.

Apresentaremos estudos propositivos em relação a esta proposta do relator Elmar Nascimento, com os seguintes pilares:

- Preservação integral das cotas atuais até dezembro de 2042 com reequilíbrio pontual nos patamares de O&M, mostrando que usinas com contratos de concessão assinados por mais 21 anos não precisam ser prorrogadas em 2021 (estas usinas são as mais baratas no balanço energético das distribuidoras, seja com ou sem o risco hidrológico),
- Cotização parcial de Tucuruí com a maior parte da energia destinada ao mercado cativo, porém parte destinada ao mercado livre e parte para modelar parcerias público-privadas regionais, no Sul, Sudeste, Norte, Nordeste, Centro-Oeste com uma governança de alto nível em relação à alocação destes recursos,

- Revisão da proposta sobre Itaipu, para que o Brasil não corra o risco como o observado no caso do Itaipugate, que quase derrubou o presidente do Paraguai,
- Preservação do portfólio da Eletrobras controlado pela União, investindo nas diversas regiões do país e gerando emprego e renda, como sempre foi a marca da Eletrobras (investir em novos ativos e não comprar ativos prontos em operação comercial, como observamos em seus concorrentes),

Por fim, temos a consciência do papel da Eletrobras relativo a:

- Universalização do acesso à energia, base para inclusão social;
- Estratégia nacional de defesa, soberania, guardiã dos interesses brasileiros no uso da energia na Amazônia Legal, diálogo com populações ribeirinhas e redução de riscos de racionamento;
- Força motriz da engenharia nacional, parceria com universidades, geração de empregos, formação de profissionais de ponta, compra de equipamentos e contratação de serviços no território nacional;
- Plataforma de desenvolvimento nacional, regional, local e fronteiriço;
- Mecanismo para se evitar explosões tarifárias, excesso de poder de mercado de agentes privados e multinacionais estrangeiras, especulação e financeirização do uso da energia;
- Promoção de políticas industriais e energéticas seletivas, garantindo a diversidade da matriz elétrica para as futuras gerações;
- Insumo fundamental para se evitar a primarização exacerbada da economia brasileira, haja vista o papel chave da energia na transformação industrial e valor adicionado;
- Viabilização de projetos estruturantes e de interesse nacional, haja vista a sua capilaridade no território nacional;
- Símbolo de integração nacional, pois se seus ativos estivessem em solo europeu, interligariam quase toda a Europa;
- Elemento chave para garantir interesse público e coletivo em relação ao uso múltiplo das águas e se evitar a apropriação da água por grupos estrangeiros;
- Última barreira para se evitar que o mercado brasileiro seja dominado por multinacionais estrangeiras que operam no setor, além de empresas comandadas por bancos e grandes bilionários;

- Valorização do concurso público, forma mais legítima, isonômica e democrática de ingresso na companhia;
- Potencialização de que as economias de escala de sua atuação sinérgica sejam apropriadas a maior parte pelo Estado Brasileiro, ao invés de encher os bolsos de bilionários que ficaram mais bilionários durante a pandemia global;
- Elemento chave para auxiliar a União no cumprimento dos deveres constitucionais em relação à provisão de energia como base para a cidadania em meio à revolução digital;

A Eletrobras é substancialmente mais relevante para o país gerando e transmitindo energia para as atuais e futuras gerações do que sendo utilizado para redução inexpressiva da dívida pública e exacerbação de conchavos entre uma parcela da classe política, ministros com ligações umbilicais com o sistema financeiro e bilionários locais (acionistas da Eletrobras).

Nos últimos anos, a luta dos trabalhadores já derrubou dois conselheiros da Eletrobras que tinham conflito de interesse com farta materialidade: Manoel Zaroni que estava na Engie, maior rival privada da Eletrobras, simultaneamente a sua posição no Conselho da Eletrobras e Wilson Ferreira, que assumiu a BR Distribuidora, que comprou comercializadora de energia elétrica e tem planos de expansão no segmento e queria continuar no Conselho da holding.

Terminamos esta primeira manifestação com alguns pensamentos do Papa Francisco sobre a economia da exclusão:

EXORTAÇÃO APOSTÓLICA: EVANGELII GAUDIUM

Não a uma economia de exclusão

(...)54. Neste contexto, alguns defendem ainda as teorias da «recaída favorável» que pressupõem que todo o crescimento econômico, favorecido pelo livre mercado, consegue por si mesmo produzir maior equidade e inclusão social no mundo. Esta opinião, que nunca foi confirmada pelos fatos, exprime uma confiança vaga e ingênua na bondade daqueles que detêm o poder econômico e nos mecanismos sacralizados do sistema econômico reinante. Entretanto, os excluídos continuam a esperar. Para se poder apoiar um estilo de vida que exclui os outros ou mesmo entusiasmar-se com este ideal egoísta, desenvolveu-se uma globalização da indiferença (...)

Não à nova idolatria do dinheiro

(...) 56. Enquanto os lucros de poucos crescem exponencialmente, os da maioria situam-se cada vez mais longe do bem-estar daquela minoria feliz. Tal desequilíbrio provém de ideologias que defendem a autonomia absoluta dos mercados e a especulação financeira. Por isso, negam o direito de controle dos Estados, encarregados de velar pela tutela do bem comum. Instaure-se uma nova tirania invisível, às vezes virtual, que impõe, de forma unilateral e implacável, as suas leis e as suas regras. Além disso, a dívida e os respectivos juros afastam os países das possibilidades viáveis da sua economia, e

os cidadãos do seu real poder de compra. A tudo isto vem juntar-se uma corrupção ramificada e uma evasão fiscal egoísta, que assumiram dimensões mundiais. A ambição do poder e do ter não conhece limites. Neste sistema que tende a fagocitar tudo para aumentar os benefícios, qualquer realidade que seja frágil, como o meio ambiente, fica indefeso face aos interesses do mercado divinizado, transformados em regra absoluta.

Economia e distribuição das entradas

(...)205. Peço a Deus que cresça o número de políticos capazes de entrar num autêntico diálogo que vise efetivamente sanar as raízes profundas e não a aparência dos males do nosso mundo. A política, tão denegrida, é uma sublime vocação, é uma das formas mais preciosas da caridade, porque busca o bem comum. Temos de nos convencer que a caridade «é o princípio não só das micro-relações estabelecidas entre amigos, na família, no pequeno grupo, mas também das macro-relações como relacionamentos sociais, econômicos, políticos» (...) Estou convencido de que, a partir duma abertura à transcendência, poder-se-ia formar uma nova mentalidade política e econômica que ajudaria a superar a dicotomia absoluta entre a economia e o bem comum social.

CARTA ENCÍCLICA LAUDATO SI'

SOBRE O CUIDADO DA CASA COMUM

CAPÍTULO V - ALGUMAS LINHAS DE ORIENTAÇÃO E ACÇÃO

4. Política e economia em diálogo para a plenitude humana

189. A política não deve submeter-se à economia, e esta não deve submeter-se aos ditames e ao paradigma eficientista da tecnocracia. Pensando no bem comum, hoje precisamos imperiosamente que a política e a economia, em diálogo, se coloquem decididamente ao serviço da vida, especialmente da vida humana. A salvação dos bancos a todo o custo, fazendo pagar o preço à população, sem a firme decisão de rever e reformar o sistema inteiro, reafirma um domínio absoluto da finança que não tem futuro e só poderá gerar novas crises depois duma longa, custosa e aparente cura. A crise financeira dos anos 2007 e 2008 era a ocasião para o desenvolvimento duma nova economia mais atenta aos princípios éticos e para uma nova regulamentação da atividade financeira especulativa e da riqueza virtual. Mas não houve uma reação que fizesse repensar os critérios obsoletos que continuam a governar o mundo. (...)

190.(...) Mais uma vez repito que convém evitar uma concepção mágica do mercado, que tende a pensar que os problemas se resolvem apenas com o crescimento dos lucros das empresas ou dos indivíduos. Será realista esperar que quem está obcecado com a maximização dos lucros se detenha a considerar os efeitos ambientais que deixará às próximas gerações? Dentro do esquema do ganho não há lugar para pensar nos ritmos da natureza, nos seus tempos de degradação e regeneração, e na complexidade dos ecossistemas que podem ser gravemente alterados pela intervenção humana. (...)

Compartilhem esse informe com os colegas.

Juntos somos mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nas logos abaixo](#)).

**A Diretoria, em 14 de maio de 2021.
Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL**

